

## **EDITORIAL**

### **RETOMADA DAS LUTAS POPULARES E MOVIMENTOS DE MASSA NA AMÉRICA LATINA** *POPULAR STRUGGLES RECOVERED AND MASS MOVEMENTS IN LATIN AMERICA*

Há mais de trinta anos, a conjuntura vem se caracterizando por uma ofensiva do capital que atinge todas as classes trabalhadoras, tanto do Norte como do Sul, mas em especial aos povos da América Latina e África. Essa ofensiva impõe uma gestão econômica de mercados desregulamentados em favor do capital, desmonta as conquistas sociais das classes trabalhadoras, reprime com violência as resistências populares, criminaliza os movimentos sociais e estudantis e inicia guerras contra os países recalcitrantes.

Porém, a euforia autocomplacente do liberalismo não durou muito (1990-1998), uma vez que em algumas décadas as classes populares entraram no combate de resistência a essa ofensiva.

De uma maneira geral, a primeira onda de lutas surgiu no terreno da resistência e como resposta à ofensiva do capital. A resistência é contínua e, segundo as circunstâncias de cada nação, as lutas desenvolvem-se tendo como aspecto principal o desafio imediato com o qual os povos se defrontam. Dessa forma, observamos reivindicações de regulamentação do mercado, de promoção dos direitos das mulheres, em defesa do meio ambiente, em defesa da qualidade dos serviços públicos, em defesa da democracia ou como resistência, muitas vezes armada, às agressões dos Estados Unidos e aliados. No entanto, todas essas lutas, diversas e aparentemente ímpares, frequentemente têm causas impulsoras comuns derivadas da ação do imperialismo neoliberal.

Outro fato que podemos observar nas lutas de resistências é que as classes trabalhadoras inovaram.

Nos séculos XIX e XX, a atuação das esquerdas esteve marcada por uma cultura e uma teoria políticas que levaram a práticas fundamentadas na organização hierarquizada das direções dos partidos, dos sindicatos e das inúmeras entidades de representação popular, inclusive as com influência da Igreja Católica. Aqui encontramos toda a história da vanguarda do proletariado e suas funções políticas e administrativas. Seguindo esse desígnio, as organizações e partidos que estiveram à frente das transformações sociais radicais e/ou reformistas, revoluções e libertações nacionais, contribuíram para a modificação do mundo, geralmente em sentido favorável às classes populares e aos povos explorados e dominados. Porém, os limites e contradições próprios dessas formas de organização e ação hierarquizadas apareceram com força, em especial a partir dos anos de 1980 e 1990. O déficit democrático dessas formas pode estar na origem das decepções e degenerescência de regimes socialistas que não puderam cumprir com os seus projetos iniciais. A queda desses regimes provavelmente tornou possível a alavancagem do capitalismo e do imperialismo a partir dos anos de 1980.

Seja como for, o fato é que novos movimentos sociais vão emergindo na América Latina. Estes novos movimentos, entretanto, aparecem tomados por novas formas de organização e, na maioria das vezes, de modo espontâneo. Essas novas forças estão promovendo o princípio fundamental da prática democrática, recusando a hierarquia vertical, promovendo formas de cooperação e solidariedade, e resgatando valores e culturas esmagados pelo capital ou pelas próprias forças que se impostavam como revolucionárias.

As lutas de resistência estão registrando vitórias que são incontestes. O projeto neoliberal tem sofrido inúmeros fracassos pelas mãos das resistências populares. Porém, a maior vitória dos movimentos é ter destruído o falso conceito de que não existe alternativa possível. A idéia de que existe somente uma única linha de pensamento está sendo colocada em questão e a legitimidade do sistema dominante tem sido desafiada em escala massiva.

O projeto norte-americano de controle militar do planeta, necessário para garantir o sucesso da *globalização*, as guerras *preventivas*, como a invasão do Afeganistão e do Iraque e a ocupação da Palestina, necessárias para assegurar a efetividade do seu domínio, já vêm sofrendo reviravoltas políticas. O projeto social e econômico neoliberal, concebido para dar apoio forte e estável à acumulação do capital e assegurar a taxa de lucro máxima a qualquer custo, é de acordo com os seus próprios agentes – Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI),

Organização Mundial do Comércio (OMC), União Européia, etc. – incapaz de impor as suas condições sem sofrer fortes conseqüências. De acordo com Amin (2007) o ciclo de Doha da OMC encontra-se em um impasse, o FMI está em falência financeira e parece que uma crise econômica e financeira coloca-se na ordem do dia.

Entretanto, não há motivos para festejar. Essas condições adversas para o capital não são suficientes para modificar as correlações de força sociais e políticas em favor das classes trabalhadoras. Dessa forma, as classes populares ficam vulneráveis enquanto o movimento não passar da resistência defensiva à ofensiva. O tamanho do desafio que os povos em luta enfrentam está situado na resposta que darão à principal questão colocada para eles: como passar da ação coletiva de resistência à construção de uma alternativa possível e positiva ao capitalismo?

A passagem é difícil, pois implica a radicalização das lutas e a sua convergência a partir da diversidade atual, em planos de ações comuns, os quais sugerem uma visão estratégica, e na definição de objetivos imediatos e a longo prazo. E a radicalização das lutas não poderá ser a de sua retórica discursiva, mas sim a articulação delas em um projeto alternativo proposto para substituir o sistema de poder social atual, ou seja, implica na construção de uma hegemonia que se imponha como alternativa ao capitalismo e ao imperialismo. Para além da simples coordenação das lutas, a unificação em um projeto comum apenas poderá ser produto de uma politização econômica e social dos movimentos tão fragmentados na atualidade.

A convergência na diversidade e a radicalização das lutas poderiam encontrar expressões na construção de uma alternativa, com avanços da democracia e da cooperação, com a associação dos trabalhadores num projeto comum, e com a construção de uma integração dos povos muito diferente da globalização imposta pelo capitalismo.

No entanto, a construção de uma alternativa necessita de definição dos seus conteúdos.

Alguns acham que a democracia representativa ocidental, mesmo dissociada do problema social e econômico e submetida às exigências do mercado, é melhor do que nada. Essa crença aparece na maioria das críticas realizadas às táticas *radicais* de luta dos movimentos sociais. Mas, os povos da Ásia, África e América Latina não parecem no conjunto estarem dispostos a lutar pela democracia burguesa atualmente associada a regressões sociais antes inimagináveis.

A passagem também é difícil, pois tanto quanto os movimentos, e como sua expressão, as esquerdas encontram-se fragmentadas e competindo entre si. O princípio do projeto comum não é aceito por todos. Algumas correntes, em especial as denominadas de autonomistas, inspiradas em formulações pós-modernas, defendem a idéia da dispersão dos movimentos na construção de alternativas e que o agente da transformação são os sujeitos individuais. Os pensadores das correntes autonomistas e também a dos utopistas afirmam poder mudar o mundo sem tomar o poder e sem luta de classes. A história dirá se isso será possível ou não. Porém, não é o que a prática dos movimentos vem apontando. Avanços em direção à construção da alternativa têm atualmente lugar na América Latina. Casos no Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e, provavelmente, no futuro, no México e Peru são produto da radicalização de movimentos que atingiram o nível de intervenção crítica e que estão buscando ações coordenadas e unificadas.

O êxito dessas lutas parece estar na resposta prática e real aos desafios colocados associada à democracia de gestão dos próprios movimentos. Esses avanços, caso se multipliquem em uma região, poderão ao longo do tempo modificar a paisagem desta em proveito da consolidação das conquistas. A integração dos países no Mercosul sob a égide de uma política bolivariana e a ALBA pode ser um exemplo disso.

De fato, dois projetos de *mundo* estão atualmente em curso. No entanto, estão também em conflito, em alguns casos de forma camuflada, mas em outros de modo abertamente violento. A ofensiva da globalização neoliberal parece ter falhado, mas a sua superação será uma construção positiva do ponto de vista das classes trabalhadoras ou não?

O capitalismo parece ser um sistema social em obsolescência. A manutenção dos privilégios de classe ligados à propriedade privada que o caracteriza, exige, para sua continuidade, o abandono dos princípios de sua gestão pelos meios liberais. A segregação e exclusão em escalas mundiais parece ser a resposta que o capitalismo pode apresentar para a sua contradição.

A acumulação do capital em benefício apenas de uma minoria cada vez menor da população do planeta, exige o aprofundamento de algumas contradições: a destruição do mundo agrícola, ou seja, de quase metade da humanidade; a divisão cada vez mais desigual do acesso aos recursos naturais, necessários para a manutenção do esbanjamento do Norte; a tutela e domínio das novas indústrias do Sul por meio do controle

das tecnologias de produção; a superexploração da força de trabalho mundial; a maximização dos lucros, entre outras.

O bloco hegemônico portador deste projeto é constituído pelo capital oligopólio globalizado, que pode se beneficiar com o apoio de setores das populações do Norte, em particular das classes médias. Porém, encontrará cada vez mais a resistência dos *segregados* e *excluídos*, ou seja, a maioria dos povos do Sul e as classes trabalhadoras do Norte. Como se pode observar, o Sul, zona de turbulências, apenas está sendo controlado por meio de contínuas ameaças e de intervenções militares das potências imperialistas associadas às grandes empresas e monopólios.

Em suma, o capitalismo foi iniciado por um gigantesco genocídio (acumulação primitiva em Marx), e sua expansão não prescindiu do aniquilamento das civilizações pré-colombianas. Hoje, apesar dos progressos da *civilização* e da altissonante retórica democrática, a disposição da ordem burguesa para conservar ou expandir seus privilégios se mantém tão vigorosa como no passado, como bem o indicam as recorrentes intervenções imperiais. Contudo, a presunção do neoliberalismo de que a história tinha acabado e de que o domínio poderia ter continuidade expansiva sem maiores atropelos esfumou-se. Problemas de toda ordem, antigos e novos, se acumulam, e o que o atual proscênio histórico está indicando é que as massas trabalhadoras não estão dispostas a se deixarem conduzir passivamente pelo regime social burguês, cuja precípua razão de ser é a combustão predatória de sua força de trabalho.

Candido Giraldez Vieitez  
Neusa Maria Dal Ri  
*Editores*

